

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SERRÃO, Joaquim Veríssimo (Santarém, 1925 – Santarém, 2020)

Filho de Joaquim Pereira Vicente Serrão e de Adriana dos Santos Veríssimo Serrão, contava 11 anos quando perdeu a mãe, o que contribuiu para que o pai viesse a desempenhar papel preponderante na sua educação. Com casa comercial na cidade e de formação republicana-liberal, este preocupou-se em proporcionar ao filho todo o currículo escolar que a urbe santarena oferecia. Concluídos os estudos liceais em 1943, pode o jovem Joaquim Veríssimo Serrão rumar a Coimbra para na sua Universidade se inscrever a 23 de Setembro na Faculdade de Direito, que apenas frequentou durante um ano. Os estudos jurídicos não o terão cativado, pois no ano imediato, em 7 de Setembro de 1944, optou por se matricular no curso de Ciências Históricas e Filosóficas que reunia então um prestigiado corpo docente. Integravam-no, na área da História Moderna, Damião Peres, Manuel Lopes de Almeida, Mário Brandão e na de Medieval Torquato de Sousa Soares e Pierre David. O pensamento filosófico era exposto por Joaquim de Carvalho, “profundo inquiridor de ideias que não compreendia a História sem a interligar com o fascinante mundo da Filosofia”; e Sílvio Lima “que iniciava os alunos no estudo do antropocentrismo e do teocentrismo renascentistas” (*Primeiras jornadas de História Moderna*, 1986, p. 5) com uma profundidade que o jovem aluno avidamente assimilava. Foi também discípulo de Aristides de Amorim Girão, o renovador dos estudos geográficos; em História de Arte conheceu fugazmente Vergílio Correia; nos cursos complementares teve os reputados Mestres Maximiano Correia e José Correia de Oliveira. Em depoimento sobre o “Ofício de Historiador” prestado em 1989 à revista *Ler História*, traçou esta síntese sobre a formação adquirida em Coimbra: “Se uns mestres pendiam para a investigação documental, outros pendiam para a reflexão histórica como base de uma cultura autêntica”. Também referiu o fácil acesso que os alunos então tinham ao que de mais recente se publicava no campo da historiografia, entre livros e revistas estrangeiras, designadamente francesas, nos institutos anexos à Faculdade de Letras e a frequência da riquíssima Biblioteca Joanina “um pouso obrigatório de trabalho para quem sentia a chama da investigação histórica” (JVS, *Meio século ao serviço da Universidade e da História*, 2000, p. 11). No entanto, o gosto pela pesquisa já lhe vinha dos tempos de estudante liceal passando horas na Biblioteca de Braamcamp Freire. Ao concluir o curso em 1948, seguro da consistência da sua formação, decide apresentar no mesmo ano a dissertação de licenciatura. Manuel Lopes de Almeida tentou dissuadi-lo da antecipação por considerar uma temeridade, tendo o aluno respondido que o fazia por não querer sobrecarregar o pai, com mais um ano de estadia em Coimbra. Deu à dissertação o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

título *Sentido da História. Breve Introdução a um Problema*. O júri atribuiu a classificação de 16 valores. O curso que, como a sua designação indica, interligava dois domínios científicos, suscitou no brilhante aluno a atracção pela filosofia alemã pós-hegeliana, em especial pelas obras de Wilhem Dilthey, Heinrich Rickert e Wilhem Windelband. Como o próprio escreveu no texto que designa por seu “testamento intelectual”, “era para a filosofia da ciência que o meu espírito nesse tempo se orientava, convencido em termos de futuro de que havia nela encontrado o meu verdadeiro caminho!” (Idem, pp. 12-13). Mas nas leituras extra-curriculares ao longo do período da sua formação, teve a consciência clara de que a investigação histórica necessitava de se renovar, influenciado pelas propostas metodológicas e críticas da escola dos *Annales* então dominantes, a fim de que a história fosse mais científica do que ideológica. Presente-se esta sensibilidade na tese de licenciatura, que virá a desenvolver quando definitivamente se entregou ao ofício de historiador. Embora a tese não tenha sido publicada, foi nas suas traves-mestras que assentou a docência da disciplina de Metodologia da História que mais tarde leccionou na Faculdade de Letras, e veio a lume com o título *História e Conhecimento Histórico* (1968), ampliadas e expostas de forma didáctica.

Regressemos a Santarém. O amor que sempre sentiu pela cidade que o viu nascer manifestou-o de vários modos e em diferentes contextos. Dedicou-lhe os seus primeiros trabalhos de historiador com títulos bem expressivos: *Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos mouros em 1147*, publicado em 1947; *Santarém na História de Portugal e Santarém. História e Arte*, ambas de 1950. Estas obras inaugurais do seu longo percurso assinalavam também o gosto que viria a cultivar pela história regional e local, como adiante melhor veremos.

Não lhe foi franqueada a porta de assistente universitário, esclarecendo mais tarde o motivo: “por ao tempo ser demasiado rebelde para que o conservadorismo coimbrão gostasse de mim” (*Correspondência com Marcelo Caetano*, p. 458). Regressou à pátria de origem, sintetizando assim os seus primeiros tempos de pós-licenciatura: “De Outubro de 1948 a Novembro de 1950 fiquei por Santarém a ensinar História, Literatura e Filosofia em colégios particulares e ocupava os meus ócios a escrever com frequência para o semanário *Correio do Ribatejo* e no periódico *Vida Ribatejana*. Teve assim ensejo de se estrear no jornalismo de âmbito regional, que nunca abandonou, para mais tarde escrever em jornais de projecção nacional: no quotidiano *O Dia*, com alguma regularidade, e ocasionalmente no *Diário de Notícias*. Neste diário, em *O Jornal*, no *Expresso* e no *Público* manteve várias polémicas, traço característico da sua personalidade, mas também expressão de cidadão empenhado.

O nível da docência a que então se dedicava não o satisfazia. Sonhava com voos mais altos. Admitiu seguir a carreira diplomática, a que o curso na altura dava acesso, embora sem grande entusiasmo, além de não dispor de fortuna pessoal, pressuposto então indispensável, de que veio a desistir seguindo o conselho paterno. Surge-lhe, entretanto, a oportunidade que acalentava como projecto de vida: o professorado universitário. Abriu-se a vaga de leitor de cultura portuguesa na Universidade de Toulouse, obtendo do Instituto de Alta Cultura a nomeação para o cargo (1950-1960).

Encontrou na secção de Estudos Portugueses da Universidade tolosana um conjunto de conceituados historiadores franceses, alguns muito interessados na cultura portuguesa, e outros que se dedicavam a áreas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do saber das quais Joaquim Veríssimo Serrão passou a escutar as suas lições: de geografia humana, com Daniel Faucher; de história do direito meridional, com Paul Ourliac; das instituições antes e depois das Revolução Francesa, com Jacques Godechot; da ética como disciplina filosófica, com Georges Bastide; da geografia hispânica no seu relacionamento com Portugal, com Jean Sermet; da história do Atlântico, com Frédéric Mauro, com quem contraiu perduráveis laços de amizade. Mas, entre todos os grandes Mestres, foi Léon Bourdon, director do Departamento de Estudos Portugueses nos três primeiros anos da sua permanência em Toulouse – depois ascenderia a catedrático de Estudos Portugueses na Sorbonne -, que lhe deixou marcas mais profundas pelo rigor que lhe transmitiu sobre a indagação documental e a metodologia a seguir no trabalho científico.

Tendo adquirido gosto pela investigação, afastou-se do género ensaístico com que deixara Portugal, embora nunca abandonasse a reflexão sobre as perspectivas interpretativas no âmbito da História. Os arquivos regionais do Sul de França passaram a ser os seus grandes centros de trabalho nos tempos livres, onde encontrou documentação inédita e, sob a orientação de León Bourdon, em 1953, obteve o grau de Doutor da Universidade de Toulouse, com a dissertação *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e a sua fortuna no sul de França*. Com a abundante recolha de fontes nos arquivos frequentados, lançou-se na publicação de outros trabalhos como *Portugueses no Estudo de Toulouse (1954)* - que viria a ter edição em francês pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1970 -, obra em que procedeu ao levantamento de todos dos mestres e escolares portugueses que haviam frequentado a Universidade tolosana entre os séculos XIII e XVII. De entre eles mereceu-lhe especial atenção a notável figura de António de Gouveia (1510-1566), cujas facetas de humanista, filósofo e mestre de Direito em várias escolas francesas, virá a desenvolver em estudos posteriores e a delinear a primeira biografia exaustiva. Mas ocupou-se de outros humanistas e homens de saber que participaram na cultura europeia do século XVI, como Diogo de Teive e Francisco Sanchez, tendo como objectivo aprofundar a presença do homem português no mundo, um dos temas dominantes entre os seus interesses. Não descurou, contudo, figuras cimeiras que dentro das fronteiras portuguesas se integraram na corrente do humanismo, em que avultam André de Resende e João de Barros. Procedeu ainda à recolha dos nomes de portugueses que frequentaram a Faculdade de Medicina de Montpellier, em 1957, com publicação ampliada e publicada em francês pela Fundação Calouste Gulbenkian no ano de 1971, com o título *Les Portugais à l'Université de Montpellier. Xlle-XVlle siècles*. Posteriormente ocupou-se das universidades castelhanas de Alcalá de Henares e de Salamanca, destinando-se o estudo sobre esta Escola a concurso académico, em contexto que adiante se assinalará. Com estas referências torna-se evidente que o interesse pelo mundo universitário constituiu um dos focos dos seus estudos, com o objectivo de averiguar as correntes mentais e culturais, e que culminou na publicação de uma *História das Universidades* em 1983.

Em simultâneo com os trabalhos realizados à sombra da Universidade que o acolheu, desenvolvia pesquisas em arquivos nacionais e estrangeiros (Paris, Simancas, Londres e Madrid), com as quais elaborou a dissertação de doutoramento *O reinado de D. António Prior do Crato, vol. I, (1580-1582)*, que apresentou na Universidade de Coimbra em 1956, tendo sido aprovado com a classificação de 18 valores. Já doutorado por duas universidades, em Dezembro de 1960 regressa a Portugal, sendo admitido como 1.º assistente na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Faculdade de Letras de Lisboa.

Por essa época, marcado pela Escola dos *Annales*, que, na esteira de Lucien Febvre, insistia na interpelação constante para que a História cumprisse a sua função de “ciência dos Homens no tempo”, precisando que o historiador se devia interessar por tudo o que tivesse recebido a marca do humano na longa aventura das gerações. E o “como escrever História” foi preocupação que o acompanhou ao longo de toda sua trajetória, sobre a qual escreveu vários textos. O primeiro foi apresentado em 1963 na Academia Portuguesa da História, de que era académico correspondente desde 1960. Deu-lhe o título “Da possibilidade de uma nova “História de Portugal”, método e fontes”, no qual discorreu sobre como elaborar uma nova História, lançando uma série de interrogações sobre a selecção de fontes e a epistemologia a seguir na sua utilização. Passou em revista todas as Histórias de Portugal até então publicadas, distinguindo “as de fundo documental, as de intenção filosofante, as de traçado somente literário, as de perspectiva científica, as de intenção divulgativa e as de base apologética”, propondo a sua concepção de História: [que seja] “obra rigorosa na documentação, com notas bibliográficas que fundamentem o seu conteúdo, de sentido objectivo, de suporte científico, numa construção que corresponda às exigências mentais da nossa época”. E reforça a posição: “É nesta fidelidade à história científica, escudada em fontes, rigorosa na interpretação, abraçando vários ramos do conhecimento que servem para documentar e esclarecer o Passado que o meu espírito se formou e ainda, felizmente, se mantém”. Voltou a desenvolver e aprofundar estes pressupostos na atrás citada *História e Conhecimento Histórico* (1968) e em comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, em 1977, ao ser elevado a membro efectivo desta instituição, com o título “Reflexão para uma “História de Portugal”, que, nas suas linhas gerais inseriu na introdução ao primeiro volume da sua *História de Portugal*, publicado no mesmo ano. Nunca abandonou o pendor para a compreensão do homem na sua historicidade e a interpretação do processo histórico, desde os filósofos e historiadores que mencionou na dissertação de licenciatura aos que foi lendo, em que se destacam os nomes de Max Weber, Georg Simmel, Benedetto Croce, Ortega y Gasset, Charles-Victor Langlois, Gabriel Monod, Charles Samaran, Henri-Irénée Marrou, Arnold J. Toynbee e Raymond Aron. Acompanhava tudo o que em Portugal e no estrangeiro, sobretudo em França, se publicava sobre teoria da História, que considerava uma indispensável disciplina formadora do conhecimento (*Ler História*, p. 139).

É com esta formação mental e sólida preparação académica que, ao ser admitido na Faculdade de Letras em 1960, lhe foi confiada a leccionação de várias cadeiras durante seis anos. O absorvente labor da docência não o impedia, contudo, de ir publicando livros, mais de 400 artigos e centenas de entradas, com destaque para a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Verbo; Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura e Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, de proferir conferências – em que revelava o seu talento de orador brilhante - organizar ou participar em várias reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro. Entretanto trabalhava também para concorrer a uma vaga de professor agregado em Outubro de 1962, elaborando a dissertação *Portugueses no Estudo de Salamanca*, na esteira de trabalhos que atrás se deixa referido. O primeiro volume abrangia o período de 1250 a 1550. Constituíam um inventário dos mestres e escolares portugueses que frequentaram a Universidade salmantina na Idade Média e no Renascimento e a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

influência que as doutrinas ministradas tiveram na cultura portuguesa. Um incidente imprevisto alterou o projecto: a crise académica que eclodiu, devido à proibição oficial do Dia do Estudante. Por ter defendido centenas de estudantes que se tinham concentrado no recinto da Universidade para o celebrar, em 7 Abril desse ano de 1962, contra os quais o ministro da Educação ordenara o envio de numeroso contingente policial - que considerou desproporcionado, pondo em causa o prestígio da Universidade - acedeu ao convite de Lindley Cintra para conseguir acalmar os ânimos. E durante várias horas contiveram o explosivo ambiente, “susceptível de um confronto físico de graves consequências” (*Meio século...*p. 17). Era então reitor da Universidade Marcelo Caetano. Na sequência desta tomada de posição, de afrontamento aberto ao regime ditatorial vigente, o concurso foi cancelado por decisão ministerial e só ao fim de três anos a vaga reabriu, acedendo finalmente à Agregação. Mas a etapa seguinte e natural do currículo professoral que era a cátedra, a que concorreu em 1967, foi-lhe vedada ainda como represália pela posição tomada nos acontecimentos de 1962. Sem nunca descurar a docência e a investigação, lançou-se na escrita dos *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1569-1572)*, completado com um 2.º volume, que abrangia os anos de 1573-1578, que viriam a ser editados pela Academia Portuguesa da História em 1987. A temática interessou-o por proporcionar uma perspectiva geo-histórica, nomeadamente nos âmbitos da história regional, da antroponímia e da toponímia. Nesta mesma linha se inscrevem os *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, publicados pela mesma instituição em 1993.

Ao ver frustrada a aspiração à cátedra, aceitou o convite de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, para dirigir o Centro Cultural Português de Paris, instituição que criara com o objectivo de promover a cultura portuguesa em França. Joaquim Veríssimo Serrão foi o seu primeiro director, cargo em que se manteve até 1972. Era um novo regresso a França, agora para desenvolver uma actividade como se de uma “embaixada cultural” se tratasse, “que procurava transmitir uma imagem da vida intelectual Portuguesa” (Andreia da Silva Almeida, p. 375). Ao longo dos 5 anos do seu desempenho imprimiu ao Centro um fecundo dinamismo com a promoção de conferências, colóquios, concertos, exposições bibliográficas e de arte, a par de um programa editorial que se traduziu na publicação de 60 livros e catálogos. Entre as publicações, adquiriu particular relevância a criação dos *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, em 1969, cujos objectivos o próprio apresentou no 1.º vol. como sendo “um órgão doutrinal e informativo que pretende elevar os valores da Cultura Portuguesa”. A colaboração foi aberta a professores, investigadores, estudiosos franceses, portugueses e lusófilos espalhados pelo mundo. Respondia às aspirações de grande número de entusiastas da cultura lusa, constituindo instrumento ideal para uma análise da problemática cultural do seu tempo. Estava-se em plena “primavera marcelista”, em que se começava a observar uma maior abertura do país ao capitalismo internacional. E os âmbitos do Centro alargaram-se ao apoio que o seu director proporcionou a bolseiros portugueses e a exilados políticos em Paris, que buscavam uma especialização nas suas áreas científicas.

Finda a missão e regressado a Portugal, vários colegas da Faculdade de Letras insistiram em que voltasse ao seu corpo docente. E a adiada lição para professor catedrático foi então prestada no dia 6 de Abril de 1972, obtendo a aprovação por unanimidade. Foi-lhe atribuída a cátedra de História dos Descobrimentos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugueses, que acumulou com a regência de História da Cultura Portuguesa e com a nomeação para Director do Instituto Histórico Infante D. Henrique, no âmbito do qual fundou, em colaboração com Jorge Borges de Macedo, a Revista *Portugaliae Historica*. Passou a dedicar-se “de alma e coração” aos ideais que sempre constituíram as bases do seu entendimento como Professor, Historiador, Investigador e também Pedagogo. De tal modo era vincada a consciência do seu magistério, que o incluiu nas páginas do seu “testamento intelectual”: “a investigação, como suporte da actividade docente, foi sempre uma das paixões da minha vida. Uma e outra formam um todo para qualquer professor consciente da sua missão”; “não desejei ser um mero transmissor de conhecimentos. Um magistério para ser profundo, carece de se apoiar na constante pesquisa a que o docente sujeita as suas áreas de ensino” (*Meio século...*p. 20). E prosseguia com a publicação de obras de fundo, na linha do interesse pela teoria e metodologia da História, que concretizou no levantamento de autores e obras produzidas: *História Breve da Historiografia Portuguesa* (1962) e *Historiografia Portuguesa...* 3 vols, (1972-1974), deixando inédito um quarto volume consagrado a Historiografia no século XIX. Em âmbito afim, mereceram-lhe especial atenção cronistas como Fernão Lopes, Rui de Pina, Garcia de Resende, António de Castilho e Damião de Góis.

Supondo ter encontrado na cátedra a estabilidade desejada, foi surpreendido em Outubro de 1973 com o convite de Marcelo Caetano para Reitor da Universidade de Lisboa. Pressentiu, no entanto, que os tempos não corriam de feição para que a tarefa viesse a ser fácil. Aceitou o cargo mais por fidelidade pessoal do que por convicção, pois tinha plena consciência do clima político tenso de oposição ao regime que então se viva. E, de facto, volvidos poucos dias, eclodiu a Revolução de 25 de Abril, que interrompeu bruscamente a sua carreira. Apresentou o pedido de demissão do reitorado no dia 26, o qual foi aceite logo a 29 seguinte. E nessa mesma data foi exonerado da docência na Universidade, por um saneamento ditado em nome da democracia.

Profundamente abalado pelo afastamento do professorado, que considerou ser um revoltante acto de injustiça, a Academia Portuguesa da História proporcionou-lhe um espaço para prosseguir o trabalho de historiador, investigador e homem de acção. Era Académico Correspondente desde Julho de 1960, sendo eleito Académico de Número em 1968. Em Fevereiro de 1975, os seus pares elegeram-no Presidente por considerarem que a sua experiência podia ser útil para lhe imprimir um rumo mais dinâmico e enfrentar os adversários à sua existência. Ao desafio, Veríssimo Serrão empenhou-se em imprimir-lhe um vigoroso e inovador impulso científico. Rompeu com o estilo tradicional do funcionamento da Academia impondo-lhe um novo rumo de acção, de acordo com a sua personalidade da qual dá a seguinte definição: “sou um homem de querer que não desiste dos projectos que o animam” (*Correspondência com Marcelo Caetano*, p. 336). E, em pouco tempo, os sinais de mudança tornavam-se visíveis: “A vida de outrora era com sessões à porta fechada e a assistência de meia dúzia de académicos, com as entradas circunscritas a investigadores sem obra e deixando de fora nomes de prestígio nacional; não posso nem quero aceitar esta situação” (Idem, pp.106-107). E acrescenta noutro passo: “Agora abrimos de par em par as portas da Academia para que as pessoas ajuízem do valor das comunicações que apresentamos e dos objectivos nacionais que a Academia pode cumprir” (Idem, p. 75). Dois anos volvidos, apresenta os resultados: “fazemos sessões ordinárias com



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a presença de 25 a 30 académicos – o que nunca se viu no Palácio da Rosa – e um público que assiste aos debates com interesse” (Idem, p. 77). Com esta linha de acção calaram-se as vozes que se opunham à sua existência.

Face ao regime então vigente, em que a Instituição e o Presidente, seu rosto mais visível, eram visados, Veríssimo Serrão esclareceu o seu posicionamento político, afirmando que nunca fora monárquico nem salazarista, nem se tinha deixado atrair pela ideia de restauração monárquica, “preso que estava ao republicanismo de matriz liberal que guardei até meados da década de 60, quando me convenci que sem executivos fortes não há governação possível no mundo que emergiu da Segunda Guerra Mundial” (Idem, p. 84). Na segunda parte desta declaração, é evidente que traça uma fronteira cronológica na sua opção política. Distancia-se do governo de Salazar, do qual sofreu as consequências, que se referiram, em concursos na Faculdade de Letras, tendo já sentido a perseguição da polícia política enquanto estudante em Coimbra pela sua pertença ao *Movimento de Unidade Democrática Juvenil* (MUDJ) (Vitor Serrão, “Historiador incontornável”). Na citada declaração reporta-se claramente ao governo de Marcelo Caetano, em cuja “primavera” de renovação do regime acreditou, para além de ter estabelecido com a sua pessoa uma relação de amizade pessoal e dedicado uma fidelidade ilimitada após o 25 de Abril. Esta postura, se por um lado é de convicta adesão ao que fora Presidente do Conselho, por outro, no “testamento intelectual”, redigido no ano 2000, apresenta as suas opções de fundo com outros matizes: “por formação individualista, nunca me inscrevi em partidos ou facções, limitando-me a exercer o debate de ideias que mais se coaduna com a minha forma de ser. O que sempre me inspirou foi servir a cultura como docente e investigador” (*Meio século...p.* 18). E de facto, é esta a faceta que prevalece ao ler-se a sua produção historiográfica, que é rigorosa nas fontes e destituída de outras interpretações que não seja a vasta documentação que a fundamenta. Não obstante a adesão ao marcelismo, a leitura desapaixonada e objectiva da sua vasta obra não permite afirmar que Joaquim Veríssimo Serrão tenha utilizado a escrita da História e o magistério de historiador para fazer a apologia do Estado Novo.

Na sua actividade inovadora na Academia dirigiu convite a prestigiados historiadores para a integrarem, linha de rumo que passará a ser uma constante até 2006, quando, ao fim de 30 anos, deixou a sua presidência. Em simultâneo lançou-se na promoção de iniciativas científicas que, logo no primeiro ano do mandato (1975) se concretizou na realização do colóquio *O papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, campo predilecto das suas investigações, por considerar as suas assimetrias “células vivas do organismo português” (Ibidem. 31). Descobrir a importância da história regional e local na investigação desenvolvida nos arquivos da região Sul de França. A temática haveria de tornar-se uma constante nos seus multifacetados estudos, que transmitiu em seminários na Faculdade de Letras quando foi readmitido nas funções docentes e depois na orientação de teses de mestrado e doutoramento. No ano imediato promoveu um colóquio comemorativo do centenário da morte de Alexandre Herculano, que ocorreria em 1977, mas que antecipou para Outubro de 1976, escolhendo para tema *Alexandre Herculano à luz do nosso Tempo* e no qual interveio com estudos sobre diferentes facetas do historiador. Nesse mesmo ano publicava *Herculano e a consciência do liberalismo português* (1977) vindo a dedicar outros estudos a esta figura da renovação da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiografia e do Liberalismo oitocentista, por quem desde a sua juventude sentia um verdadeiro fascínio. É também um exemplo da especial atenção que dava a grandes personalidades de síntese que corporizaram períodos de mudança e de debate de ideias políticas. Nesta linha se situam as comemorações do bicentenário do Marquês de Pombal (1982), dedicando-lhe um colóquio e publicando a obra *Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*, político representativo do final do Antigo Regime, cujas medidas governativas, inspiradas no ideário das *Luzes* -, mais pragmático que teórico - foram precursoras da Revolução Liberal. Com o mesmo propósito exaltou o perfil do último soberano de Portugal, escrevendo a sua biografia a que deu o título *D. Manuel II (1889-1932). O Rei e o Homem à luz da História*. (1990), além de lhe consagrar outros estudos.

Encontrou, entretanto, outro espaço de realização como Professor na Universidade Livre, criada em 1977, o primeiro estabelecimento de Ensino Superior privado nascido no pós-25 de Abril. Foi um dos seus fundadores, a par de outros docentes afastados do ensino público, na qual assumiu a direcção do Departamento de História e leccionou várias disciplinas. É no contexto dos anos de afastamento do ensino público que começa a gizar o plano de uma *História de Portugal*, Em 1977 vem a lume o primeiro volume com o subtítulo *Estado, Pátria e Nação* – os valores em que sempre acreditou e defendeu.

Entretanto retomou a docência no ano lectivo de 1979-1980 com a regência de um seminário dedicado às “Áreas Regionais Portuguesas”. Ao saber que estava em curso a instalação do Ensino Politécnico no país, manifestou o desejo de colaborar no que viria a ser criado em Santarém, sendo convidado por Vítor Crespo, ministro da Educação, para presidir à respectiva comissão instaladora. Alimentou então o projecto de criar o Ensino Universitário junto do Politécnico, que seria embrião de uma Universidade do Ribatejo. Todavia, profundas divergências com o Professor José Augusto Seabra, ministro da Educação, levaram a que fosse exonerado da presidência do Instituto Politécnico em 1984. Regressou então ao corpo docente da Faculdade de Letras, em regime de dedicação exclusiva, a partir de Outubro de 1985, que haveria de se prolongar por dez anos de actividade ininterrupta. Foi a última fase da sua carreira de professor catedrático, em que se dedicou inteiramente ao ensino, sem nunca deixar de escrever e publicar. Na licenciatura regeu as cadeiras de História dos Descobrimentos Portugueses, História do Brasil, Numismática, História Moderna de Portugal e Introdução à História. Ao mesmo tempo dedicava-se às pós-graduações, acompanhando projectos de mestrado e doutoramento.

Ao fazer um balanço final da sua carreira reconheceu que a sua actividade no campo da produção historiográfica se traduziu por uma certa dispersão, condicionado pela docência que se inspirava no conceito de “cultura geral” e, por outro lado, pela orientação de mestrados e doutorandos, com temas muito diversificados. No entanto, ao percorrer-se a sua extensa e diversificada bibliografia constata-se que não só interpreta a construção do tecido histórico português como nela também se vê o historiador debruçado sobre as relações com outros países, como a França, diferentes regiões da Península Ibérica, o Brasil e a América Latina.

Refiram-se os seus estudos *Relações Históricas entre Portugal e a França, (1430-1481)* (1975) um arco de tempo de quase meio século, no qual põe em destaque o conjunto das relações políticas e comerciais que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal manteve com a França nos fins da Idade Média, que neste país corresponde à última fase da Guerra dos Cem Anos e, do lado português, ao reinado senhorial de D. Afonso V e início do governo de D. João II.

A aproximação à cultura espanhola emergiu ao frequentar o Archivo General de Simancas pela mão do seu Mestre Léon Bourdon. Aí cruzou-se com jovens assistentes que preparavam os seus doutoramentos e viriam a tornar-se nomes de referência da historiografia do país vizinho, contraindo amizade com alguns deles, que aprofundou no âmbito das Academias de História de Espanha e Portugal. O relacionamento entre estas instituições congéneres tornou-se intenso e adquiriu raízes muito sólidas com a realização de encontros naquele país e em Portugal. Participou regularmente em cursos de Verão organizados por Universidades de Espanha, nomeadamente El Escorial, La Rábida (Huelva), Valladolid, Guadalajara e La Granda (Oviedo), dando a Academia Portuguesa da História continuidade a este último. Em reconhecimento pelo que Veríssimo Serrão fez para aprofundar as relações entre os dois países, Espanha atribuiu-lhe o muito prestigiado Prémio Príncipe das Astúrias em Ciências Sociais (1995). O actual monarca, no discurso então proferido afirmou que “ninguém como Joaquim Veríssimo Serrão fez tanto para aproximar os historiadores portugueses e espanhóis”.

Se o tema da expansão ultramarina e do Império constituiu outro campo da sua investigação e docência, o Brasil ocupou um espaço privilegiado. Por ocasião do IV Centenário do Rio de Janeiro, em 1965 publicou *O Rio de Janeiro no século XVI, vol. I. Estudo Histórico, vol. II, Documentos dos Arquivos Portugueses*. Mas o grande impulso dado às relações com o Brasil resultou dos contactos entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e a Academia Portuguesa da História, enquanto seu presidente. O êxito desencadeou uma rede de intercâmbios que se estendeu progressivamente a Institutos Históricos e Geográficos de outros Estados, assim se consolidando o desejado estreitamento de laços culturais e de amizade com o imenso universo luso-brasileiro, sendo de salientar a participação na grande colectânea *Iberoamérica. Una comunidad* (1989), em que colaborou com 8 textos. Em reconhecimento do mérito de Joaquim Veríssimo Serrão nesta aproximação, logo em 1978 a Academia Brasileira das Letras elegeram-o como seu membro. A ligação ao Brasil foi ponto de partida para o alargamento ao vasto mundo Ibero-Americano, assentes em moldes institucionais. Dessa expansão resultou que, hoje, desse universo cultural fazem parte a Academia de la História de Espanha e as congéneres de países americanos. Veríssimo Serrão foi o grande impulsor da construção deste universo cultural, sendo, por isso, naturalmente membro de cada umas destas academias e em simultâneo co-fundador da Associação das Academias da Ibero-América.

No primeiro volume da sua *História de Portugal* (1977), explicou a finalidade com que o fizera: a *História* foi concebida com amor a Portugal mostrando a grandeza da Nação que fomos – como e porque fomos-, para se extrair da obra a lição que o presente impõe” [*Correspondência com Marcelo Caetano*, p.19]. E acrescenta: “A investigação não é apenas uma necessidade de encher o espírito, mas uma obrigação moral para quem acredita nos ensinamentos do passado” (Idem, p. 49). E dá nota do estilo escolhido: “trata-se de uma História encarada no seu aspecto global, a meio caminho entre a erudição massuda e a divulgação sem notas, para que a leitura não enfatie o leitor. Mas também para o não deixar sem resposta quanto aos mil problemas que a origem da nacionalidade levanta aos homens do nosso tempo” (Idem, p. 55). E o plano inicial de três



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

volumes foi-se alargando progressivamente, que justifica nos prefácios à medida que vinham a lume, acabando por atingir os 18, que concluiu em 2011. É uma obra muito extensa, com uma abrangência temática que integra, numa coerente estrutura discursiva, as vertentes às quais consagrou o seu labor de historiador. Nela se articulam as dimensões política, diplomática, ultramarina, económica, social, demográfica, assistencial, religiosa e cultural: “uma grande tela do percurso histórico português (...) uma visão de conjunto das variadas manifestações do nosso viver colectivo, concebido como saber pluridimensional” (*Ler História*, p. 140). Um dos méritos desta História reside não só na sua abrangência temporal – desde os primórdios da nacionalidade até ao avançado século XX – mas por ter sido trabalho de um único historiador, caso sem paralelo na historiografia contemporânea e talvez irrepetível. É indiscutível que esta obra projectou a história de Portugal no estrangeiro, pela visão global que apresenta, fundamentação documental, coerente articulação das facetas e clareza na exposição, numa fidelidade à concepção de história que sempre preconizou e escreveu.

Decorrente da vasta obra recebeu convite para membro de diversas academias portuguesas (Academia Portuguesa da História, Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Sociedade de Geografia e Sociedade Histórica da Independência de Portugal) e estrangeiras (Academie des Sciences, Inscriptions et Belles Lettres de Toulouse, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), Academia Brasileira de Letras (Rio de Janeiro), Letras e Artes (São Paulo), Royal Historical Society, University College (Londres). A notabilidade do trabalho científico foi também reconhecida através de um conjunto de distinções honoríficas, entre as quais, Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (Brasil, 1967), Medalha de Ouro da Cidade de Santarém (1968), Comendador da Ordem da Instrução Pública (Portugal, 1972), Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra (2007) e a atribuição dos prémios nacionais Prémio Alexandre Herculano (1955), Prémio Nacional de História (1955); Prémio Aboim Sande de Lemos, 1992) e Grã Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, de Mérito Científico, Literário e Artístico, 2006); e estrangeiros (Grã Cruz da Ordem de Mérito Civil de Afonso X o Sábio (Espanha, 1995), Príncipe das Astúrias em Ciências Sociais (Espanha, 1995). Recebeu Doutoramentos *Honoris causa* pela Universidade Paul Valéry, de Montpellier (1974), Universidade Complutense de Madrid (1995), Universidade da Extremadura (2003) e Instituto Politécnico de Santarém (2011).

Bibliografia activa: *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577 e a sua fortuna no sul de França*. Lisboa: Revista Ocidente, 1955; *O Reinado de D. António Prior do Crato, vol. I, (1580-1582)*. Coimbra, 1956; *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1962; “Da possibilidade de uma nova “História de Portugal”: Método e Fontes”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, 1963, pp. 110-137; *O Rio de Janeiro no século XVI, vol. I. Estudo Histórico, vol. II, Documentos dos Arquivos Portugueses*. Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro. Lisboa, 1965; *História e Conhecimento Histórico*. Lisboa: Editorial Verbo, 1968; *A Crónica de Dom João III de António de Castilho*. Paris: Arquivos do Centro Cultural Português, vol. II, 1970, pp. 317-403. Publicada posteriormente em *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 169-282; A

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Historiografia Portuguesa, Séculos XII a XVI, vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1972; *Crónica de Dom João II e Miscelânea por Garcia de Resende*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973; *A Historiografia Portuguesa, Século XVII*, vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1973; *A Historiografia Portuguesa, Século XVIII*, vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974; *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa – Biblioteca Breve, 1977; “Reflexão para uma “História de Portugal”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Lisboa, 1977, pp. 227-253; “História Moderna em Portugal: tradições, certezas e perspectivas”, in *Primeiras Jornadas de História Moderna. Actas*, vol. I, pp. 3-17. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986; “Ofício de Historiador”, Depoimento in *Ler História*, 16, 1989, pp. 138-141; *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993; *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Estudos Históricos. Lisboa: Edições Colibri, 1994; *Correspondência com Marcelo Caetano 1974-1980*. Lisboa: Bertrand Editora, 1995, 2.ª edição; *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*. Lisboa: Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, 1998; *Meio século ao serviço da Universidade e da História (1947-2000)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000; *História de Portugal*. Editorial Verbo, 1977-2011, (18 vols.).

Bibliografia passiva: Arquivo Histórico da Universidade de Coimbra, *Processos de inscrição*: Joaquim Veríssimo Serrão, Faculdade de Direito 1943-1944 – cota AUC – IV- 1.ª D – 11-3-9; Idem, *Ibidem*, Curso de Ciências Históricas e Filosóficas Faculdade de Letras - cota AUC – IV – 1.ª D- 14-1-24; Macedo, Jorge Borges de Serrão, *Joaquim Veríssimo. Uma presença. Uma Obra. Um Historiador*. Lisboa: Edições Colibri, 1995; Almeida, Andrea da Silva, “Os Arquivos do Centro Cultural Português (1969-1993): uma “Colectânea Erudita” ao serviço da História, in *Historiographia e Res Publica nos dois últimos séculos*. Centro de História da Universidade de Lisboa, org. Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João, 2017, pp. 375-422; Serrão, Vítor, “Historiador incontornável do século XX”, in *Cartas ao Director*, jornal *Público*, 3 de Agosto de 2020.

Carlos Margaça Veiga